



CIRM cria GT de Gestão de Riscos e Obras de Proteção Costeira

Grande parte das cidades litorâneas tem realizado a implantação de infraestrutura pública em faixas de praia sujeitas historicamente à ação frequente de ressacas do mar. As ocupações mal planejadas, associadas ao desconhecimento do comportamento dinâmico das zonas costeiras e à falta de fiscalização das ocupações litorâneas não só repercutem no aumento do risco dessas ocupações como potencializam os danos e prejuízos quando ocorrem eventos adversos.

Conforme registrado pelo Ministério da Integração na 48ª sessão do Gi-Gerco, a Secretaria Nacional de Proteção Defesa Civil (SEDEC) vem observando uma crescente demanda de pleitos relacionados à erosão costeira e avalia que esses problemas têm origem tanto no crescimento da vulnerabilidade da população litorânea (ocupações mal planejadas de áreas de risco), bem como no insucesso de soluções projetadas que muitas vezes amplificam o quadro erosivo da área costeira.

O desastre pode ser entendido como a materialização do risco, com duas componentes: a ameaça e a vulnerabilidade. De uma maneira simplificada, o ciclo do desastre pode ser dividido em duas grandes fases: pré-desastre, composta pelas ações de prevenção, mitigação e preparação e pós-desastre, com ações de resposta e recuperação.

A defesa civil atua em todas essas fases do ciclo de desastre e suas ações acontecem de forma multissetorial e nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), exigindo uma ampla participação comunitária.

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil manifestou na reunião do Gi-Gerco a necessidade do País adotar uma política de prevenção às erosões costeiras. Tal demanda

impulsionou a criação de um grupo de trabalho para proposição de diretrizes.

O Grupo de Trabalho Gestão de Riscos e Obras de Proteção Costeira (GT-GROPC) teve sua primeira reunião no último dia 27 de maio de 2014, coordenada pela SECIRM e pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI). Contou com a participação de representantes de órgãos de diversos setores, como o Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério Público da União (MPU), da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (SPU/MP), da PETROBRAS, do Ministério das Cidades (MCID), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), da Agência Nacional de Águas (ANA), da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e do Instituto de Oceanografia da USP.

Dentre os aspectos que motivaram a formação deste GT estão:

- a dificuldade de integração entre os órgãos afetos ao gerenciamento e execução de

ações na área costeira;

- a escassez de documentos técnicos oficiais com orientações e diretrizes para análise e apresentação de propostas de programas e obras preventivas e de recuperação da área costeira;

- ausência de um mapeamento oficial específico voltado para o levantamento de riscos na região costeira; e

- casos de insucesso de intervenções em áreas costeiras com financiamentos públicos.

Nesta primeira reunião, foram propostos os principais objetivos:

- Desenvolvimento de documentação com critérios e diretrizes gerais para obras de proteção costeira;

- Discussão de metodologias para o mapeamento e monitoramento de riscos em áreas costeiras;

- Criação de um Fórum para debate de novas tecnologias relacionadas ao tema de obras e gerenciamento costeiro;

- Acompanhamento dos principais casos relacionados à obras costeiras custeadas com recursos públicos; e

- Levantamento das ações do Governo Federal com enfoque na área costeira.

A segunda reunião do GT foi programada para o mês de agosto.

